



**Convênio n° 13/2005**

**Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)  
Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT)  
Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços**

**Relatório de Qualificação do Plano Territorial  
de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)  
do Território Alto Rio Pardo**

**Este relatório é um subsídio às discussões do colegiado territorial  
Pede-se não citar e não divulgar sem autorização do colegiado**

Novembro de 2006

## SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	3
a. Objetivo Geral	3
b. Aspectos Metodológicos	3
II APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	4
III PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E ENTRAVES	4
a. Sobre a importância do Território	4
b. Cadeias Produtivas	5
c. Os eixos aglutinadores do Território	6
d. Associativismo e Cooperativismo	6
e. Gargalos em ações pró-território	7
IV PROPOSIÇÕES	7
V. ANEXOS	12
a. Mapa Opiniões dos Atores Sociais do Território	12
b. Reunião dos Prefeitos do Território	33
c. Oficina Territorial (outubro 2006 – Taiobeiras, MG)	34
d. Critérios para avaliação do Estudo Propositivo	43
e. Qualificação preliminar do Estudo Propositivo	44
f. Sugestões	52

## **I. INTRODUÇÃO**

### **a. Objetivo Geral**

Em vista a ausência de uma versão completa do PTDRS em alguns territórios, a SDT/MDA empreendeu uma ação para qualificação preliminar dos documentos existentes, particularmente do Estudo Propositivo (EP), no sentido de uma aproximação prática à realidade existente nestes territórios.

O objetivo do presente documento é de apresentar os resultados da qualificação dos documentos já produzidos em relação ao Território do Alto do Rio Pardo, à luz de novos dados primários colhidos a campo, no sentido de apontar alguns caminhos sobre os eixos estratégicos e sobre a organização dos colegiados para implementar o PTDRS.

### **b. Aspectos metodológicos**

Foram utilizados dados secundários sistematizados nos documentos anteriormente produzidos uma vez que não se verificou mudanças territoriais que justificassem nova e extensiva atualização destes. Priorizou-se um trabalho de campo, junto aos atores territoriais no sentido de colher os dados primários capazes de consubstanciar a análise das tendências do referido território.

O trabalho de campo foi realizado na cidade pólo do território, Taiobeiras, antes e durante a realização de uma Oficina Territorial, para capturar a visão dos atores direta e indiretamente envolvidos no desenvolvimento territorial, considerando eventuais impactos atuais e futuros para a Agricultura Familiar. De posse destes dados, foi possível analisar o Estudo Propositivo no sentido de sua qualificação preliminar. Durante o trabalho de campo, foram empregadas entrevistas individuais e coletivas, observação dos debates, trabalhos de grupo e plenárias ocorridas durante a oficina territorial, ocorrida em 2 dias de trabalhos, na cidade pólo Taiobeiras (outubro 2006). O foco das entrevistas foi a opinião dos atores acerca de duas dimensões principais:

(i) o grau de conhecimento dos atores sobre as tendências sócio-econômicas do território, por onde passam as tendências para o desenvolvimento rural do território (de forma sustentável ou não), atuais e futuras; as principais atividades e empreendimentos atuais e futuros; e

(ii) a opinião dos atores sociais sobre a iniciativa de Desenvolvimento Territorial em curso, promovida pela SDT/MDA: seu conhecimento e avaliação sobre o grau de articulação; as proposições para discutir, e o escalonamento de prioridades. A existência

de outras iniciativas do poder público federal no território também foram argüidas com particular enfoque na questão da convergência das políticas públicas.

## **II. APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O Território do Alto do Rio Pardo foi homologado ao final de 2004, sendo constituído por 15 municípios com forte perfil rural. Neste território, existem empreendimentos empresariais como o reflorestamento cuja atuação provoca forte impacto para a AF. À exceção deste tipo de empreendimento, o modelo de produção de tipo Agricultura Familiar prevalece em relação a outros modelos de produção agropecuária.

A AF é representada por diversas comunidades já conhecidas como os Povos Geraizeiros, Povos Quilombolas, Indígenas, Vanzeiteiros, Ciganos. No entanto, esta diversidade não está unificada sob uma mesma identidade.

O território ainda não possui seu PTDRS. Elegeu a CIAT e escolheu seu articulador territorial em 2006. Este possui uma infraestrutura básica para trabalhar, fruto de negociações junto à prefeitura do município-pólo e a liberação de recursos da SDT.

O território está atualmente desenvolvendo a primeira fase do PRONAT, já tendo definido cinco eixos principais de atuação. O planejamento dos desdobramentos destes eixos foram recém iniciados na oficina territorial realizada em outubro 2006.

Considerando a que a apresentação do território já está extensivamente descrita no EP, o presente documento concentrou as análises nas tendências sócio-econômicas da região e o nível de articulação política.

## **III. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E ENTRAVES**

### **a. Sobre a importância do território**

A importância do território ainda não está clara para o conjunto de municípios do ponto de vista do poder público. Apesar disto, existe interesse em fomentar o potencial de desenvolvimento regional sustentável, de maneira alinhada com o governo federal, por uma parte das prefeituras do território que já compreenderam a importância da iniciativa. No entanto, mesmo para esta parcela de poder público que está interessada em se alinhar com a iniciativa, as ferramentas para esta integração não estão claras.

Houve uma evolução no perfil das prefeituras do território, no sentido de uma “nova safra de municípios”, que não estão mais na “*política de coronel*”. Uma nova cultura estaria sendo formada, onde o poder público possui o “*orgulho de ser do território*”. Esta poderia ser o resultado de políticas públicas.

A articulação junto às demais prefeituras requer uma atuação mais efetiva e regular por parte da Ciat, que poderia fomentar o espírito cooperativista entre os municípios.

#### **b. Cadeias produtivas**

As 5 principais cadeias produtivas envolvendo a AF no território são da mandioca, cana-de-açúcar, leite e derivados, tomate/marmelo e agroextrativista (frutas do cerrado).

A da mandioca está direcionada para a produção de farinha e povilho. Atualmente esta cadeia produtiva não é rentável nos municípios, com exceção de Rio Pardo onde a venda está articulada com a CONAB.

A cadeia da cana-de-açúcar está direcionada para a produção de cachaça e de rapadura. A produção de cachaça é muito grande no território e historicamente converge para o município de Salinas, onde lucro é do atravessador. Este é um dos focos possíveis de trabalho para o desenvolvimento de uma identidade territorial única.

A cadeia produtiva do leite apresenta um grande potencial para a ação cooperativa dos produtores, por blocos de município.

A produção de tomate e marmelo está localizada em um número menor de municípios apesar da grande produção.

O agroextrativismo (frutas do cerrado) apresenta também grande potencial no território e já existem experiências cooperativistas relevantes, passíveis de serem discutidas e replicadas no território.

Ademais a estas 5 cadeias produtivas mais tradicionais, existem 2 outras cuja discussão é mais recente: produção de mel e biodiesel. Ao contrário do biodiesel, a produção de mel já existe no território ao nível da AF. O mel é processado na Casa do Mel, construída a partir de recursos provenientes do Pronaf infraestrutura. A gestão é da Associação de produtores, sob monitoramento do CMDRS.

O biodiesel parece ser uma alternativa para a AF, desde que esta consiga manter a diversidade de sua produção de sorte a não ficar a mercê dos segmentos a jusante da cadeia produtiva. Esta discussão (biodiesel) está forte no território. Apesar do consenso entre os membros da CIAT, a questão ainda não está madura no território. Não existem

discussões para refletir as possibilidades de organização conjunta da produção / processamento / comercialização dos insumos para a cadeia produtiva do biodiesel ao nível da CIAT. Alguns esforços estão em curso no sentido de viabilizar o biodiesel. A Emater coordenou um dia de campo com experimentação de variedades adaptadas (por exemplo, mamona melhorada), em conjunto com Epamig. Além da mamona, o pinhão manso já tem sido frequentemente plantado.

### **c. Os eixos aglutinadores do território**

Em trabalhos anteriores, o coletivo da CIAT definiu 5 eixos aglutinadores para o Território: a questão ambiental, o acesso à terra, a educação no campo, a organização da produção e da comercialização, e a valorização cultural do território.

A questão ambiental é uma questão premente no território, particularmente a questão da água e do reflorestamento / carvoarias. Esta questão articula temas como a Agricultura Familiar (*“que usa os recursos da natureza porque não tem tecnologia”*), o Reflorestamento e as Carvoarias (*“não tem IEF nem Política Ambiental e o eucalipto toma conta”*), a Água (*“na questão da infraestrutura para a água”*), e Informação / Educação (*“falta tecnologia para ser sustentável”*).

### **d. Associativismo e Cooperativismo**

O cooperativismo está surgindo no território. No entanto, de maneira geral, os processos produtivos, o processamento das matérias primas, e a comercialização são realizadas prioritariamente de maneira individual.

Existe uma cooperativa da AF no território, a Coopersan (Santa Maria), com mais de 700 famílias. Ela processa a mandioca para produção de goma e rapadurinha (comercializada para Conab). A infraestrutura para produção da goma foi obtida pelo Pronaf infraestrutura. Outra cooperativa é a Cooperativa Grande Sertão, da AF, que comercializa frutas do cerrado. A unidade em Rio Pardo realiza colheita e empacotamento enquanto a unidade processadora está localizada em Montes Claros. Ela começou em 2001, trabalhando com mangaba, depois expandiu para pequi, manga nativa. À exceção destas duas Cooperativas, a comercialização é crítica para a AF, pois o produtor não tem acesso a mercados e não tem uma “marca” de seus produto.

#### **e. Gargalos em ações pró-território**

Diversos gargalos foram levantados em relação a ações pró-território: (a) a burocracia excessiva nos processos; (b) a informação falha e descontínua; (c) os valores negociados (crédito) são pequenos frente ao trabalho burocrático necessário. A questão técnica da produção (d) não está resolvida nesta região de pouca disponibilidade de chuvas, à exemplo do esforço para cultivo do coco (sem estudos técnicos adaptados à região) e a produção de leite.

Existem grandes dificuldades de comercialização da produção da AF (e). O potencial de comercialização da AF com a CONAB está sub-utilizado, à exceção de Taiobeiras. Em alguns municípios do território, como Rubelita, o processo ainda não se estabeleceu. O aumento dos níveis de comercialização dos grandes produtores para mercados externos ao territórios tem aberto espaços para a comercialização dos produtos produzidos pela AF.

Outro gargalo diz respeito às condições de infraestrutura nos municípios do território (f), responsabilidade dos governos. Falta apoio para enfrentar a seca neste território onde em alguns municípios, falta água para beber. *“Em Fruta de Leite e Ninheira, não conseguimos orientar tecnicamente os produtores. Para melhorar a qualidade da farinha da mandioca, precisa lavar a mandioca. Mas o produtor responde logo que não tem nem água para beber em casa”*. Os programas existentes como Luz para Todos, Pronaf, Bolsa Escola trouxeram avanços expressivos para AF no território, assim como a renegociação de dívidas.

#### **IV. PROPOSIÇÕES**

Existe importante capital social na região e há oportunidade e necessidade de fomentar a articulação intermunicipal, para o desenvolvimento aproveitando alguns trabalhos em rede já existentes. As possibilidades de trabalho no território são grandes e requerem a articulação dos atores em torno de objetivos comuns. Neste sentido, existe um conjunto de experiências interessantes no território, que estão sendo incorporadas à CIAT. No entanto, o nível de articulação ainda demonstra fragilidade.

Em termos da articulação política do desenvolvimento do território, há necessidade de rapidamente sanear e fortalecer o arranjo institucional da CIAT, pois sua legitimidade ainda não está dada. A CIAT precisa avançar em sua estruturação, pensando a definição das funções, papéis e a agenda de prioridades (importante passo foi realizado na última oficina territorial). Neste sentido, há necessidade de superar uma visão utilitarista da

CIAT (mera instituição viabilizadora de recursos), para vislumbrá-la como instrumento propositivo e catalizador de informações e troca de experiências e promotor da gestão social no território.

O maior desafio e meta atual parece ser a integração do conjunto de ações já existentes no território, assim como aproximação e o fortalecimento da articulação dos atores sociais. No momento seguinte, a meta poderá ser o estabelecimento de mecanismos de coordenação mais finos, assim como de monitoramento.

O trabalho da CIAT, cuja responsabilidade está atualmente calcada no articulador. Deve-se empreender um esforço importante para que esta visão evolua para um trabalho de equipe, coletivo, onde o articulador é o principal facilitador do processo e das discussões, mas não é o único. Isto é, há necessidade de evoluir para uma co-responsabilização dos trabalhos da CIAT por parte dos atores institucionais membros do Conselho. Não há neste território nenhum mecanismo mais efetivo ou consciente de monitoramento das ações do articulador (a exemplo de práticas de apresentação dos trabalhos realizados pelo articulador para a CIAT). De fato, a atuação coletiva da CIAT ainda não está dada, e espelha a construção histórica e o nível de maturidade das instituições no território.

A articulação efetiva tornar-se-á realidade na medida em que, cada vez mais capacitado para a ação, o articulador e a CIAT consigam legitimar-se perante os demais atores e a sociedade. Isto também ainda não está dado no território: falta consolidar a visão de facilitador, superando definitivamente a visão de representação de uma parte dos atores presentes na CIAT.

De uma ação concentradora, o articulador deve evoluir para uma ação descentralizadora, que delegue e fomente o trabalho coletivo. A organização da ação é tão importante quanto o resultado da ação, na medida em que se constitui em um processo coletivo de amadurecimento e coordenação de ações.

A existência de uma infra-estrutura autônoma, onde o trabalho do articulador não dependa diretamente da sua entidade de origem é uma importante conquista recente para a CIAT. Ela indica um nível de comprometimento do poder público municipal da cidade pólo (que disponibilizou a infraestrutura física) e permitirá o desenvolvimento dos trabalhos com a autonomia necessária. Porém existem contingenciamentos e burocracias (inclusive da SDT) que dificultam o avanço deste processo, e resultam em sobrecarga para o articulador. Um exemplo é o pagamento de um apoio no escritório (secretária) do próprio salário do articulador.



A capacitação teórico-metodológica, não apenas dos atores sociais territoriais mas também dos facilitadores (articuladores e consultores levantaram esta questão) envolvidos na promoção do processo de fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável tem importância neste sentido.

Ademais, o tempo de ação da SDT e demais instituições envolvidas (como bancos) parece não estar em linha com o tempo do território. Este estiramento da espera tem gerado importante desgaste e desânimo aos atores e articulador territoriais.

O papel do Consultor Territorial na coordenação mais geral e suporte teórico-metodológico ao articulador e ao processo não parece estar claro para o conjunto dos envolvidos ao nível do território e parece estar sub-utilizado no processo. A eficiência e eficácia da ação do Consultor (e do articulador) parece depender mais da sua formação individual do que de suporte regular por parte do MDA.

Faltam ferramentas metodológicas de sorte a promover e facilitar discussões relevantes e difíceis que devem acontecer na CIAT no curto prazo. Um exemplo é a dificuldade de desdobramento dos eixos aglutinadores em um conjunto de ações que permitam abordar a questão de maneira sólida. As ferramentas metodológicas são importantes para contribuírem de fato na promoção e ordenamento das discussões, aumentando o foco dos trabalhos e reduzindo o tempo entre discussão e ação.

Uma das necessidades reais para este território é a construção de um PTDRS com características práticas, à exemplo de um plano de negócios . O envolvimento da CIAT e do articulador neste processo pode ser uma alternativa real à capacitação para encontro de soluções adequadas pelos próprios atores aos desafios do território. Esta é uma outra dimensão da capacitação teórico-metodológica que parece não ter aflorado no território e nos facilitadores direta e indiretamente envolvidos.

Neste caso específico, trata-se de intensificar níveis de coordenação entre gerências do próprio MDA. A Oficina Territorial ocorrida (19 e 20/10/2006) demandou recursos metodológicos não previstos e constituiu-se uma excelente oportunidade de introdução de ferramentas passíveis de rápida apropriação pelos atores para o próprio empoderamento coletivo.

A Gerência de Negócios e Comércio da SDT tem, inequivocamente, papel fundamental neste processo de capacitação, não apenas dos atores sociais territoriais, mas também de ambos facilitadores (articulador e consultor). A ausência de metodologias estabelecidas pela SDT nestes temas traz dois tipos de consequências deletérias: não prepara com cuidado a intervenção dos facilitadores, delegando-lhes

poder maior do que o necessário (cada um faz como quer e pode) e isentando-se de eventuais conseqüências, e por outro lado, desestimulando a ação dos mesmos facilitadores, que expressam a falta de suporte teórico-metodológico no dia a dia.

Outro nível de suporte fundamental pela SDT, aos atores territoriais e aos facilitadores, é a produção de documentos-síntese de qualidade, provedores não apenas de informações (como os diagnósticos) mas apontando um conjunto de questões fundamentais envolvidas para serem desenvolvidas no território, a sugestão metodológica de como avançar na discussão. Neste sentido, o principal documento disponibilizado no território (Estudo Propositivo) apresenta um forte caráter acadêmico, com forte peso dado ao diagnóstico. As entrevistas aos atores sociais territoriais presentes na CIAT mostraram que o documento em questão não era um documento prático de trabalho no território, evidenciando uma dificuldade de reduzir as importantes assimetrias de informação e uma baixa utilização do produto de um importante esforço coordenado pela SDT, isto é, um documento de baixo impacto.

Sugere-se, à luz do observado a campo, urgência para repensar os documentos, do ponto de vista da estrutura, do tamanho, do conteúdo e da linguagem, mais adaptadas ao público alvo de sorte a, sem perder qualidade de conteúdo, priorizá-lo mais como instrumento de trabalho para os atores territoriais e menos como “estudo de caso” da SDT.

O aprofundamento dos critérios para avaliação dos documentos síntese propostos (PTDRS e outros) pode permitir a padronização da análise e construção do mapa situacional dos territórios, à luz de parâmetros comuns.

Este tipo de análise, se bem estruturada, pode ser um poderoso instrumento de trabalho para o Articulador Territorial e do Consultor Territorial que disporem de elementos para reorientar ou reforçar ações necessárias.

## V. ANEXOS

### a. Mapa Opiniões dos Atores Sociais do Território

As entrevistas realizadas buscaram capturar esta “bipolarização” de atores do território. Não foi possível realizar entrevistas à Associação Comercial (ausência do responsável) e junto a grandes empresas do território (falta de agenda). Foram entrevistados representantes de 19 entidades/instituições do território, abarcando 10 dos 15 municípios do território, além dos dois facilitadores (articulador e consultor territoriais), assim distribuídas por setor e por município:

**Tabela 1: Distribuição das entrevistas por setor:**

<b>Terceiro Setor</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Facilitador</b>
	PM Curral de Dentro	
	PM Ninheira	
	PM Rio Pardo de Minas	
	PM Rubelita	
	PM Sta Cruz de Salinas	
	PM São João do Paraíso	
	PM Taiobeiras	
	Emater Fruta de Leite	
	Emater Ninheira	
	Emater Novorizonte	
	Emater Rubelita	
	Emater Salinas	
	Emater São João do Paraíso	
STR Rio Pardo de Minas		
STR Salinas		
STR Santa Cruz de Salinas		
Cooperativa Grande Sertão		
CAA (ONG)		
MASTRO		
		Articulador
		Territorial
		Consultor Territorial

\* Poder Municipal (PM)

Apesar de não termos entrevistado representantes do segundo setor do território, consideramos o conjunto de entrevistas ampla o suficiente para termos elementos chave para a discussão de Desenvolvimento Rural Sustentável no território em questão. Estes dados primários foram corroborados pela observação dos atores durante a oficina e o suporte em termos metodológico e nos momentos de síntese. Foi possível observar as posições das entidades presentes (quão atuante foi sua participação e o valor agregado à

síntese coletiva) e a discussão coletiva (familiaridade com os temas tratados, níveis de articulação entre os atores, trabalhos coletivos, sínteses gerais). As entrevistas buscaram minimizar a questão da valoração ou classificação das atuações, e identificar assimetrias (e.g., de formação, de informação) e qualificá-las de sorte a sugerir, ao final do documento, algumas ações que minimizem estas diferenças e facilitem a discussão qualificada.

As entrevistas foram realizadas de forma individual (CAA / MASTRO, STR Rio Pardo de Minas, STR Salinas, Cooperativa Grande Sertão, PM Rio Pardo (Secretário da Agricultura), Emater Rubelita) e coletiva (Emater de 5 municípios, PM de 7 municípios).

Apesar do roteiro de perguntas previamente definidos, permitiu-se um grau de liberdade de sorte a que o entrevistado encadeasse seu pensamento até o final. Isto porque mais do que apenas capturar dados pontuais primários, buscou-se compreender a linha de raciocínio dos entrevistados. Este encaminhamento permitiu ademais criar um ambiente favorável e destencionado para a condução da entrevistas. Em alguns casos, o conteúdo da entrevista foi verificado ao final da entrevista, por meio de esquemas, os quais foram validados e/ou complementados pelo entrevistado, os quais estão apresentados no corpo do documento em momento oportuno.

Cada entrevista foi sistematizada individualmente, após o qual iniciou-se o processo de construção do Mapa de Opiniões do Atores Sociais do Território por setor (poder público e terceiro setor), agrupando entrevistas, identificando as agendas e apontando pontos de confluência e de divergências nos dois âmbitos citados anteriormente (tendências para o desenvolvimento e grau de conhecimento sobre a articulação territorial). Passou-se então à construção do Mapa Consolidado de Opiniões dos Atores, evidenciando as discussões chave em curso atualmente, direta ou indiretamente relevantes para a Agricultura Familiar. Neste documento, apresentamos o Mapa Consolidado de Opiniões dos Atores.

### ***a.1 Prefeituras***

Foram realizadas entrevistas com cerca de metade das prefeituras do território (7/15) e complementada com uma entrevista individual a um Secretário de Agricultura do

município de Rio Pardo de Minas (que tem origem na Agricultura Familiar e participou integralmente da oficina). Os principais pontos estão apresentados a seguir:

1. Este foi o primeiro esforço coletivo para discussão do desenvolvimento territorial e suscitou interesse na maioria das prefeituras em continuar participando.
2. A importância do território ainda não está clara para o conjunto de municípios, do ponto de vista do poder público.
3. Apesar disto, existe interesse em fomentar o potencial de desenvolvimento regional sustentável, de maneira alinhada com o governo federal, por uma parte das prefeituras do território que já compreenderam a importância da iniciativa.

a) Mesmo para esta parcela de poder público que está interessada em se alinhar com a iniciativa, as ferramentas para esta integração não estão claras.

4. A articulação junto às demais prefeituras (ausentes do evento) requer uma atuação mais efetiva por parte da Ciat, um vez que ainda não existe um fluxo regular de informações. Perguntou-se sobre a melhor maneira de abordar os prefeitos ausentes e convidá-los para a iniciativa, colocando-a na sua agenda de prioridades. Os depoimentos sugeriram que o contato prefeito-prefeito é fundamental e faz a diferença: antes na forma de convite e após, como cobrança em relação à ausência e para repasse de informações. E aliado a este esforço, há necessidade de planejar a atividade e comunicá-la com alguma antecedência, dada que a agenda dos prefeitos é sobrecarregada de atividades.

5. Existe no território, uma desmotivação a participar: *“os valores dos projetos são muito pequenos e o processo é muito burocratizado”*. A questão da burocracia foi levantada por representantes de diversas prefeituras, em termos do governo federal citando explicitamente o MDA e a Caixa Econômica Federal. A falta de informações às prefeituras também foi muito levantada, a exemplo do desconhecimento em relação ao *“valor de contrapartida”* para os projetos.

6. Durante a discussão, afluíram a necessidade de discutir a participação na Associação de Municípios (fórum de prefeitos). Tal entidade existe porém *“não funciona”*. Algumas prefeituras (particularmente o prefeito da cidade pólo) argumentaram a necessidade de criação de uma nova entidade, sem os problemas da já existente. Sua missão seria

“*apoiar a política de desenvolvimento regional*”. Houve consenso de que isto mobilizaria muito os prefeitos do território. A discussão evoluiu para sugestão de organização desta nova entidade ainda neste segundo semestre de 2006.

7. Quanto ao perfil das prefeituras do território, os entrevistados afirmaram existir uma “nova safra de municípios”, que não estão mais na “*política de coronel como em Montezuma e Vargem Grande*”. Uma nova cultura estaria sendo formada. Antes, os prefeitos não tinham hábito nem liberdade para discutir as dificuldades e formas de trabalharem juntos. Nesta “*nova safra*” de prefeitos, já aflora o “*orgulho de ser*” do território. Esta evolução é, segundo os entrevistados, resultado de políticas públicas.

a) Os atores estariam mais preparados, embora ainda falte o “*sentimento cooperativista*” entre os municípios.

b) Existe uma experiência de Consórcio que funciona no território : o Consórcio Regional de Saúde, cuja presidência está com o prefeito da cidade pólo. “*o trabalho é concreto mas, apesar de funcionar há quase 2 anos, falta uma estratégia de desenvolvimento e de comunicação*”.

8. Segundo os representantes das prefeituras, a Emater e os STRs são os atores que conhecem a realidade rural com mais propriedade. Alguns representantes ponderaram que há necessidade de estimular a AF uma vez que é ela a geradora de riquezas na região.

9. A questão ambiental é uma questão premente no território, particularmente a questão da água e do reflorestamento / carvoarias. Segundo as falas, os eixos do território precisam passar por : Agricultura Familiar (“*que usa os recursos da natureza porque não tem tecnologia*”), o Reflorestamento e as Carvoarias (“*não tem IEF nem Política Ambiental e o eucalipto toma conta*”), a Água (“*na questão da infraestrutura para a água*”), e Informação / Educação (“*falta tecnologia para ser sustentável*”). Historicamente no território, “*todos utilizaram o meio ambiente como alternativa de renda, sem conhecer o risco do impacto futuro, e o poder público não tem este nível de controle*” (prefeito Taiobeiras).

a) Os impactos da monocultura do eucalipto se fizeram sentir a partir de 1987, principalmente devido à atuação de empresas como a Gerdhau, Replasa, Plantaset além de pequenas produtoras. A problemática das terras públicas e do reflorestamento se

intensificou a partir de 1987 e deverá persistir pois *“a Gerdhau não vai embora, ela tem mais de 17 mil ha plantados aqui”*.

10. Sobre a questão tecnológica, levantou-se a necessidade de intervenção do MDA para *“reduzir a distância da Embrapa no território, já que falta pesquisa específica”*, *“aqui chove 850 mm por ano”*. Levantou-se o esforço atualmente empreendido pela prefeitura de Taiobeiras no sentido de trazer a Epamig para o território, *“já que a agricultura é a única forma de desenvolvimento para o território”* (prefeito Taiobeiras). Aliás, os representantes de prefeituras concordaram que *“estamos muito atrasados na questão tecnológica”*.

11. A importância da educação aflorou no bojo desta discussão, quando prefeitos afirmaram que *“é preciso começar desde a escola”*. A situação da educação no território não foi aprofundada.

a) Existe uma escola técnica em Salinas, no entanto, segundo a opinião do terceiro setor, a formação dos alunos não está comprometida com a Agricultura Familiar. Este dado foi corroborado pelos depoimentos do terceiro setor e do articulador territorial, formado naquela escola. Segundo os depoimentos, a educação no território *“não é boa”* porque não prioriza uma educação rural comprometida com a realidade do território, onde AF tem grande expressão *“só tem a escola Agrotécnica de Salinas e os técnicos agrícola formados não tem compromisso com AF”*. A questão do acesso também é crítica *“além do mais, a AF não dá condição para os filhos irem”*.

b) Existe a Escola Saberes da Terra, *“voltada para o meio rural”*, que se iniciou em Rio Pardo. Seu regime de estudos prevê alternância de 15 dias de estudos e 15 dias de trabalhos práticos. No entanto, o poder público dá pouco apoio e como Secretário da Agricultura ele não consegue dar apoio efetivo, *“pois é ligada à Secretaria da Educação”*.

12. Os depoimentos dos poderes públicos mostraram um nível de desarticulação e a vontade política de promoção da articulação. O Secretário de Agricultura de Rio Pardo aprofundou o tema: *“o que funciona no território é a união do movimento sindical, que tem assumido a questão ambiental e das terras, coisa que o poder público não tem feito”*. O que não está funcionando ainda *“é uma união do poder público, e a questão ambiental como um todo”*.

13. Em relação ao apoio à AF pelo poder público, o secretário da Agricultura do município de Rio Pardo de Minas, originário da Agricultura Familiar, definiu sua participação na prefeitura como “*sem poder de decisão*” porque recebe “*as coisas prontas*”. Ele relativizou afirmações dos prefeitos em relação à priorização e apoio à AF no território. Segundo ele, “*não há compromisso real com Agricultura familiar em nenhum município*”, apesar de sua importância: em Rio Pardo, 60% da população está a área rural, e destes cerca de 90% é AF.

a) O único apoio real à AF no território, segundo o entrevistado, é o crédito rural *via* PRONAF.

14. Em relação às cadeias produtivas da qual a AF participa:

a) Segundo depoimentos, a Agricultura Familiar participa de 2 principais cadeias produtivas no território: *cana de açúcar* para produção de cachaça e rapadura, e da *mandioca*, para produção de povilho e farinha.

b) Existe produção de mel no território. O mel é processado na Casa do Mel, construída a partir de recursos provenientes do Pronaf infraestrutura. A gestão é da Associação de produtores, sob monitoramento do CMDRS.

15. Em relação à discussão de associativismo e cooperativismo, algumas iniciativas foram relatadas. O cooperativismo está surgindo no território. No entanto, de maneira geral, os processos produtivos, o processamento das matérias primas, e a comercialização são realizadas prioritariamente de maneira individual.

a) Já existe uma cooperativa da AF no território, a Coopersan (Santa Maria), com mais de 700 famílias. Ela processa a mandioca para produção de goma e rapadurinha (comercializada para Conab). A infraestrutura para produção da goma foi obtida pelo Pronaf infraestrutura. A Cooperativa já acessou mais de R\$3 milhões. “*Ela vende 100% da produção*” e paga os produtores após a venda dos produtos. A estratégia utilizada para ampliar a rede de contatos para comercialização tem sido “*a participação em exposições com os produtos*”. A exportação dos produtos está nas metas da cooperativa, que precisa adquirir uma empacotadora para obter o SIF junto ao ministério (atualmente o empacotamento é manual).

b) Outra cooperativa é a Cooperativa Grande Sertão, da AF, que comercializa frutas do cerrado. A unidade em Rio Pardo realiza colheita e empacotamento enquanto a



unidade processadora está localizada em Montes Claros. Ela começou em 2001, trabalhando com mangaba, depois expandiu para pequi, manga nativa.

c) À exceção destas duas Cooperativas, a comercialização é crítica para a AF: “*o produtor não chega lá sozinho*”, “*não tem uma marca*”.

16. Em termos da articulação política no território, a Ciat é um espaço para a discussão dos problemas e reivindicar, é um espaço “*que está surgindo*”. A expectativa é muito grande e tende a ter força “*porque somos 15 municípios*”. Mas ainda não existe nenhum resultado efetivo.

a) No início da formação da Ciat, apenas os maiores municípios se mobilizaram: Rio pardo, Salinas, São João e Taiobeiras. A comissão era composta apenas pela sociedade civil (“*recusamos a participação do poder público no início*”). A prefeitura de Taiobeiras (cidade pólo) participa da iniciativa desde o início (2004) e tem dado suporte à Ciat, à exemplo da infraestrutura atual fornecida aos trabalhos do articulador territorial.

b) Na visão da Secretaria da Agricultura de Rio Pardo de Minas, a trajetória e o estágio atual do desenvolvimento dos trabalhos, “*a discussão está indo pelo caminho certo, não é goela abaixo, é a comunidade que está colocando as propostas*”.

c) os principais gargalos levantados foram:

(i) a questão das terras públicas – já tem um documento com um estudo;

(ii) a comercialização;

(iii) a tecnologia – para agregar valor à produção (“*melhorar a produção e produzir com maior qualidade*”, “*é dar nome ao nosso produto*”).

## **a.2 Emater**

Foram realizadas entrevistas com representantes da Emater (técnicos agropecuários) presente em um terço dos municípios: Fruta de Leite, Ninheira, Novorizonte, Salinas e São João do Paraíso. Os principais pontos da discussão estão apresentados a seguir:

1. De maneira geral, observou-se importante melhoria na qualidade de vida rural neste último governo em relação ao anterior.

- a. O Pronaf B tem sido um instrumento importante para a melhoria da vida da AF que, em muitos casos, “*não tinha nem o que vestir e comer*”. Atualmente atende 8 mil famílias no território e o índice de inadimplência é mínimo.
- b. Um aspecto fundamental levantado é a injeção dos recursos na economia local (“*fomenta o comércio local com pagamento de mão de obra e compra de equipamentos, como tachos, máquinas, etc*”).
- c. O processo para obtenção do Pronaf tem melhorado e simplificado: “*o produtor faz uma declaração de posse, o STR e a Emater assinam e os recursos são liberados*”.
- d. A Bolsa Escola também tem tido forte impacto para AF.

2. Em termos de novos investimentos no território, o biodiesel parece ser, na visão dos atores, uma alternativa para a AF, desde que se mantenha a diversidade na produção. Esta discussão (biodiesel) está forte no território.

- a. Em Montes Claros uma usina processadora de biodiesel já está em construção.
- b. No território, a questão não foi resolvida, mas discute-se a construção de usinas esmagadoras (municípios de São João do Paraíso, Salinas ou Taiobeiras).
- c. Já existem esforços pró-ativos no sentido do biodiesel, a Emater já coordenou um dia de campo com experimentação de variedades adaptadas (por exemplo, mamona melhorada), em conjunto com Epamig.
- d. Além da mamona, o pinhão manso já tem sido frequentemente plantado.

3. A tomada de decisão política acerca das alternativas produtivas tem sido feita sistematicamente desconsiderando-se a questão técnica. Esta situação tem gerado situações que penalizam fortemente a AF. De fato, já se tem no território exemplos concretos onde os custos resultantes são muito altos, particularmente para a AF. Para ilustrar a afirmativa, os entrevistados apresentaram 2 casos:

- a. A montagem de uma fábrica processadora de mandioca em um município de maior projeção política, porém que não produz matéria prima suficiente. “*a fábrica foi montada em Salinas para produção de fécula. No entanto, o município praticamente não planta mandioca. Por outro lado, o município de Ninheira não foi escolhido e tem mais de 3 mil ha plantados de*

*mandioca. Na inauguração, a mandioca processada não era do município onde estava instalada a fábrica. Por que é que instalaram em Salinas e não em Ninheira?”* O exemplo acima ilustra problemas decorrentes da visão municipal e não territorial de desenvolvimento e resulta em canibalização de projetos de um município por outro que possui maior poder de ação. A assimetria de poder entre municípios do território pode levar a graves conseqüências para o todos caso não seja re-equilibrada por uma visão de território.

- b. O exemplo do fomento à produção de maracujá pelo setor público e pela fábrica de Sucos Rio Dourados em função desta última. *“A fábrica processadora de sucos Rio Dourado fomentou a produção de maracujá, que se estendeu por mais de 150 ha. Depois ela quebrou e a AF não soube o que fazer com todo esse maracujá. Atualmente funciona com cercade 10% de sua produção e tem muita gente que vendeu a terra para pagar dívidas e outros ainda estão pagando”*.

Estes exemplos foram apresentados no sentido de fundamentar a orientação de diversificação da produção pela AF, para minimizar riscos.

#### 4. Sobre o nível de engajamento do poder público no tema –

- a. Existe uma percepção de que o meio rural é pouco valorizado por parte dos *“políticos”*, corroborando a visão do secretário de Agricultura entrevistado individualmente. Os entrevistados utilizaram o termo *“políticos”* para falar de *“das negociações junto às prefeituras”*.
- b. Existe um nível de variação segundo os municípios. Esta visão apresenta algumas diferenças. As municipalidades de Taiobeiras, Novorizonte e Águas Vermelhas foram apontadas como *“muito boas”* em relação à AF

#### 5. Diversos gargalos foram levantados em relação a ações pró-território:

- a. A burocracia excessiva nos processos
- b. A informação é falha e descontinua
- c. Os valores negociados são pequenos *“para tanto trabalho”*
- d. A questão técnica da produção não está resolvida (*“os produtos não são de qualidade”*)

- a. Alguns exemplos espontaneamente fornecidos durante a entrevista ilustram o problema. Um deles foi na fruticultura, a importância crescente do cultivo do côco, e a ausência de estudos técnicos sobre a cultura. A produção de leite também foi levantada e apresentada como um problema de âmbito “*regional*”.
- e. As dificuldades de comercialização da produção da AF (“*a AF produz muito, a dificuldade é a comercialização*”)
- a. O potencial de comercialização da AF com a CONAB está subutilizado. Segundo os entrevistados, apenas no município de Taiobeiras o processo funciona. Em alguns municípios do território, como Rubelita, o processo ainda não se estabeleceu. A questão da informação foi levantada como a mais importante e urgente para conscientização da AF.
- b. A maior facilidade de comercialização dos “*grandes*” (produtores) para mercados externos ao territórios foi levantada como positiva para a AF, na medida em que “*desonera o pequeno para o mercado local e regional*”.
- Apesar desta afirmação, nem os representantes entrevistados da Emater, do terceiro setor ou do poder público parecem conhecer mais a fundo as potencialidades e tamanho deste mercado se fomentado.
- f. A falta de apoio do governo (“*apesar deste governo ter investido um pouco mais, ainda é pouco*”). Falta infraestrutura no campo (água, energia elétrica, saneamento, estradas foram levantadas). Falta apoio para enfrentar a questão da seca no território, existem municípios onde a questão mais crítica é água para beber. “*Em Fruta de Leite e Ninheira, não conseguimos orientar tecnicamente os produtores. Para melhorar a qualidade da farinha da mandioca, precisa lavar a mandioca. Mas o produtor responde logo que não tem nem água para beber em casa*”. Os programas Luz para Todos, Pronaf, Bolsa Escola trouxeram avanços importantes para AF no território, assim como a renegociação de dívidas.

- g. A falta de espírito cooperativo ou associativo. “*O problema é que cada uma faz sozinho, por exemplo, o Idene e os recursos para construção de barragens*”.
- a. Segundo os entrevistados, apesar de um número expressivo de associações, existe uma grande variação em termos de organização. Com exceção de Taiobeiras (“*muito organizada*”), São João do Paraíso e Rio Pardo, as demais seriam “*muito fracas, massa de manobra*”.
  - b. A atuação pulverizada das entidades e a inexistência de troca sistemática de experiências leva a situações onde associações são criadas com o único intuito de captação de recursos.
  - c. Três cooperativas foram citadas:
    - i. Cachaça (Salinas)
    - ii. Leite (Salinas) – segundo os entrevistados, atende aos interesses dos grandes. “*O atendimento aos pequenos é momentâneo devido aos programas do governo federal como o Fome Zero, mas não há compromisso*”.
    - iii. Extrativismo, em Rio Pardo – há compromisso com AF.
  - d. A gestão das cooperativas foi levantada como crítica, com um certo nível de insatisfação por parte dos produtores porque “*não dá retorno*”. Os técnicos citaram 2 exemplos:
    - i. Cooperativa de Leite em Salinas, com cerca de 80% dos produtores pertencentes à AF de um total de ~ 400 associados.
    - ii. Cooperativa de produtores de Cachaça de Salinas, com 100% de AF, de um total de 108 associados.
  - e. A nucleação está estimulando o êxodo rural no território.
    - i. O esforço deveria estar focado na nucleação da escola rural, com foco na cultura rural dos municípios, levando os professores para o meio rural.
    - ii. O foco atual de “*acabar com o analfabetismo*” está levando à questão do analfabetismo funcional.

- iii. O êxodo rural tem assumido traços permanentes. Antes, o êxodo era sazonal, principalmente para São Paulo (café, laranja). Atualmente, o esforço do poder público tem sido de nucleação urbana, o que reforçou o êxodo da população rural para a cidade.

6. Em termos da articulação política, os representantes da Emater consideram-se parceiros na discussão de desenvolvimento territorial, mas não apontam nenhuma atuação de liderança nesta discussão.

- a. A Emater trabalha com políticas de Governo. Os diferentes governos (como de Newton Cardoso – MG e Collor de Mello – nacional) promoveram uma forte desarticulação da Emater. A importante redução de recursos levou a um grande atrelamento às prefeituras.
- b. Atualmente, prevalece a visão conservadora de extensão. A visão tem evoluído. Está havendo uma forte redução na qualidade do atendimento em favor de um aumento do número de atendimentos. Passou-se a trabalhar com metas de atendimento, inclusive ao grande e médio produtores. No território, o relativamente pequeno número de grandes e médios produtores aliado ao fato destes geralmente possuírem corpo técnico próprio, levou à Emater mudar seu foco para AF.
- c. Algumas sugestões foram dadas no sentido do aumento da aderência da AF ao esforço de desenvolvimento do território. O principal dele está na necessidade de recursos, tanto par capacitação, quanto para os projetos (*“tem que ter cascalho senão todo mundo desanima, como desanimaram aqui”*).
- d. O suporte oferecido pela Emater poderia melhorar. Segundo os entrevistados, as condições de trabalho tem sido insuficientes (RH e estrutura). Segundo eles, cerca de 90% dos atendimentos realizados pela Emater são para a AF no território. Os técnicos da Emater tem de ser polivalentes e o quadro de RH é insuficiente (*“por exemplo, em Ninheira, tem mil produtores familiares em uma área de mil e duzentos km<sup>2</sup>. Temos um Contrato de Resultado para 750 famílias”*).
- e. A maneira de fazer face a tantos desafios, é *“se ajudar muito, temos nos ajudado entre municípios. Cada um sabe mais de um assunto e contatamos aquele que mais sabe para nos ajudar”*. Apesar de permitido, os técnicos não

informaram nenhum mecanismo institucional para promoção desta troca de experiências. Neste caso, trata-se mais da habilidade pessoal de cada técnico.

f. De maneira geral, as iniciativas da Ciat foram consideradas muito importantes

7. Dentre os atores mais atuantes na discussão de desenvolvimento do território (dentro e fora da Ciat), indicou-se a Cáritas, CAA e CBH (Comitê de Bacias Hidrográficas, com foco em Águas Vermelhas, Santa Cruz e Curral de Dentro).

8. As tendências do território também foram discutidas. Além das culturas de subsistência, e das alternativas que podem extrapolar o consumo territorial como o leite, as frutas, os técnicos levantaram o potencial de turismo. Este, segundo os entrevistados não é uma realidade, mas parece haver interesse na EMATER em prioriza-lo.

a. As tendências do território também foram analisadas à luz de grandes empreendimentos presentes na região. Diversas empresas presentes no território foram citadas (tabela 2).

b. Os empreendimentos de Mineração de granito e Cerâmica foram apontados como responsáveis pelos maiores e mais graves impactos nas regiões onde atuam. As reflorestadoras tem sido associadas a fortes impactos também.

<b>Empreendimentos</b>	<b>Municípios</b>
Gerdhau	Rio Pardo, Rubelita
Floresta Minas	Rio Pardo, Rubelita, São João do Paraíso
Replasa	São João do Paraíso
Ital Magnésio (reflorestadora)	Taiobeiras
Rio Dourado (sucos)	Taiobeiras
Óleo Menghetti	São João do Paraíso
Cerâmicas	2 em Salinas e 2 em Taiobeiras
Cachaça	Salinas, Taiobeiras, Rio Pardo, Indaiabeira
Mineração Feldspato	Salinas e Rubelita
Mineração Granito	Rubelita, Salinas, Curral de Dentro, Águas Vermelhas

Apesar da questão ambiental e acesso a terra serem dois dos eixos aglutinadores propostos para a CIAT, ainda não existem estudos acerca destes impactos, nem estratégias para o enfrentamento dos problemas.

### a.3 *Mapa de Opinião do Terceiro Setor*

Foram realizadas entrevistas com representantes de STR, CAA, Cooperativa Grande Sertão. Os principais pontos da discussão estão apresentados a seguir :

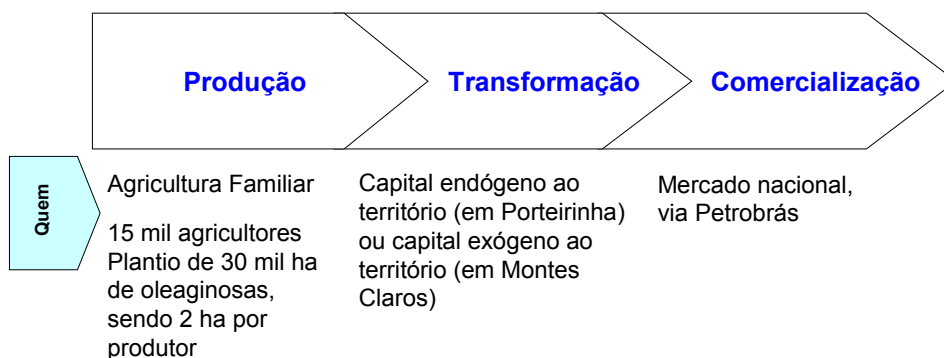
1. Sobre a questão da identidade do território:
  - a. O território do Alto Rio Pardo possui diversas comunidades já conhecidas: Povos Geraizeiros, Povos Quilombolas, Indígenas, Vanzeiteiros, Ciganos. Já foi feito um estudo sobre os Produtos Símbolos do território, o qual ainda não foi aprofundado nas discussões da Ciat. No entanto, este pode ser uma das alternativas para aprimorar a questão da identidade do território.
  - b. A AF tem grande potencial neste território, devido principalmente à cultura do povo e a grande diversidade. Neste sentido, todas as ações propostas (inclusive políticas publicas) não devem levar em conta apenas quantidade, mas considerando-se a diversidade, pois “*esta é a realidade do território*”.
  - c. A identidade do território passa pela AF. Então, as medidas para fortalecimento e desenvolvimento do território passam pelo fortalecimento da AF, considerando os diferentes níveis de atuação da AF, seja agroindústrias, áreas de preservação ou feiras livres (“expressão cultural da região”).
2. Um número importante de ações no território são possíveis graças a programas de fomento no território, à exemplo do Gestar (MMA), ASA, a Reserva Extrativista (MMA e Ibama), Prosan e Biodiesel.
3. Este último tema, a questão do Biodiesel, é importante para o território.
  - a) A ONG CAA montou uma grande proposta e apresentou para a Petrobrás. Esta proposta preservou o princípio da diversidade produtiva para AF. A exploração de oleaginosas seria feita com espécies já existentes no território, como mamona, pinhão, gergelim, amendoim e moringa. Neste projeto, “*preocupou-se em manter a AF no controle da situação e impedir o agronegócio de tomar conta*”. A figura abaixo ilustra o raciocínio dos entrevistados.



**Figura 1** – A cadeia produtiva do Biodiesel no território do Alto Rio Pardo (MG)

## Biodiesel no território do Alto Rio Pardo - MG

A maneira proposta pelo CAA de assegurar à AF o controle da situação foi pensar a cadeia produtiva do biodiesel integrada à estratégia de diversificação de culturas na AF:



- b) A fundamentação da proposta segundo o CAA, é a necessidade do tratamento respeitoso e comprometido para com a AF. Sua orientação geral é o cuidado na discussão de Biodiesel, “*pois é preciso saber plantar estas novas plantas (ainda que nativas) para melhorar as chances de dar certo*”.
4. Os avanços conquistados pela AF nos últimos anos foram levantados:
- Aumento substancial na variedade de produtos (“*que pode ser verificado nas feitas livres*”)
  - Aumentou o nível de organização da AF (“*AF tem cooperativas, como a Grande Sertão*”)
  - Constituição de Associação das Feiras Livres
  - A Emater está mais próxima da AF (“*antes a Emater estava longe da AF, era subordinada às prefeituras e ocupava os técnicos com projetos para os grandes. Agora liberou os técnicos para montar projetos com AF porque é remunerado*”)
5. Existem experiências importantes de associativismo, cooperativismo no território. A Cooperativa Grande Sertão é uma das mais importantes. Ela foi criada há cinco anos como microempresa pelo CAA e depois transformada em cooperativa. Atualmente

já possui fábrica de polpa em Montes Claros e pontos de distribuição. Mais de mil agricultores fornecem 15 sabores de frutas nativas para o beneficiamento e comercialização na forma de polpa, dos quais coquinho azedo, mangaba, maracujá, apanã, goiaba, tamarindo, cagaita, umbu, acerola, siriguela e araçá. A comercialização é majoritariamente absorvida na merenda escola (*via* Conab) além dos mercados de SP e BH (restaurante popular).

6. Em termos da qualificação da discussão de associativismo e cooperativismo, a ONG CAA se destaca. Esta ONG atua em todo norte de MG e sua principal base de atuação está no município de Rio Pardo (acompanhando cerca de 30 famílias AF através do Programa ASA, do qual é a entidade gestora). A ONG acompanha produtores que desenvolvem experiências de agroecologia, em termos de produção, beneficiamento e comercialização. Estas duas últimas etapas *via* a Cooperativa Grande Sertão.

7. Em termos das cadeias produtivas das quais a AF participa, os entrevistados apresentados concordância para com os representantes da Emater. Eles apontaram uma forte participação na produção de cana de açúcar e de mandioca no território. Relataram também experiências negativas em relação à AF:

a. A constituição de uma indústria de fécula em Salinas (*“que não produz mandioca”*) financiada pelo Banco do NE há quase 10 anos (*“enquanto os municípios produtores de mandioca não foram beneficiados com a instalação da fábrica nestes municípios”*). O Banco do NE financiou o plantio de mandioca (adubo, calcário), para cada ha produzir 20 toneladas de mandioca. Somente depois disto, a indústria fez o teste de amido para a fécula e *“não deu o teor necessário”*. Segundo os depoimentos, a indústria *“fechou as portas e voltou para o PR, deixando todos os agricultores que se envolveram na mão”*.

Algumas questões importantes foram levantadas com este exemplo :

(i) este é um modelo dependente da figura do intermediário (principalmente devido à distância entre os municípios e o frete) o que, em se tratando de AF, vem frequentemente associado à sua exploração

(ii) a liberação de crédito e fomento à produção de maneira independente da consistência técnica: sem a realização dos testes mínimos necessários para

assegurar condições técnicas para produção. Este mesmo exemplo foi citado por representantes da Emater, quando abordaram a necessidade de respeito à AF, ou quando o STR aborda a questão do compromisso com AF (ou a falta dele, segundo o secretário de Agricultura de Rio Pardo).

- b. A grande quantidade de cachaça produzida nos municípios do território é grande e tem sido drenada pelas engarrafadoras de Salinas. Toda esta produção “*passa a ser conhecido como Cachaça de Salinas e não Cachaça do Rio Pardo*”. Este exemplo ilustra por um lado, novamente, a assimetria de poder entre municípios e o exemplo de canibalização inter municipal, por outro lado, ilustra os ganhos potenciais com o desenvolvimento da identidade do território do Alto do Rio Pardo, para o conjunto de municípios produtores de cachaça. Existe uma oportunidade de organização da produção de cachaça, seu processamento e comercialização, de modo a superar o modelo atual baseado em atravessadores que engarrafam em Salinas para a venda.
8. A questão das Feiras Livres como alternativa de venda direta do produtor ao consumidor foi mencionada. No entanto, não aflorou como das expressões culturais do território. Na verdade, este é um exemplo onde os temas convergem (Cultura e Agricultura), e onde as interfaces ainda não foram identificadas nem aprofundadas.
9. A Ciat foi avaliada como um espaço muito importante. Ela deve ser construída como um espaço aglutinador da identidade do território. Segundo depoimentos, a “*Ciat deve reunir os valores do territórios e levar para as prefeituras*”. Mencionou-se a recém adquirida estrutura para trabalho do articulador e o crescimento do trabalho.

#### a.4 – *Entrevista aos facilitadores da discussão territorial*

1. O principal ministério com impacto nos municípios do território é o MDA. É como este que acontecem os principais trabalhos. O Ministério do Meio Ambiente deveria estar mais presente no território, mas está presente principalmente pelo programa

“Gestar”, responsável pelo acompanhamento ambiental, criação de parques e áreas de preservação ambiental permanentes.

2. Historicamente, a formação do território deveu-se à atuação do movimento sindical, *via* MASTRO (Movimento de Articulação dos STRs).
3. As principais cadeias produtivas envolvendo a AF no território são
  - (a) mandioca para produção de farinha e povilho – atualmente, segundo o articulador territorial, esta cadeia produtiva “*não se paga*”, a única exceção acontece em Rio Pardo, onde existe articulação para venda para a CONAB;
  - (b) cana-de-açúcar para produção de cachaça e de rapadura. A produção de cachaça é muito grande no território e historicamente converge para o município de Salinas, porém o lucro é do atravessador, não do produtor.
  - (c) leite, todos 3 ao nível territorial;
  - (d) tomate e marmelo;
  - (e) agroextrativismo (frutas do cerrado) sem a dimensão territorial.
2. Existem algumas alternativas de comercialização importantes, porém não generalizadas, como a venda de povilho para CONAB por intermédio da Cooperativa Coopersan. Nesta iniciativa estão envolvidas cerca de 810 famílias da AF já organizadas das quais uma fração é cooperada. A iniciativa acontece no município de Rio Pardo de Minas e o suporte técnico é dado principalmente pelo STR.
3. A fragilidade técnica na produção e na comercialização foi abordada, e alguns exemplos de sujeição da AF foram citados.
  - a. Um dos exemplos foi o da empresa Rio Dourado e o endividamento dos pequenos produtores, atrelados a um pacote tecnológico.
  - b. O exemplo da empresa processadora de mandioca em Salinas também ilustra situação similar. Neste caso, nem o frete era pago pela empresa.

Em ambos exemplos acima, todas as negociações foram individuais. A ausência de esforço coletivo abortou a possibilidade de negociações menos difíceis e duras em relação à AF.

- c. Outro exemplo é a produção de leite. Já houve experiência de venda do leite para empresas que resultaram na subordinação da AF. Ademais, na ausência de tecnologia como silagem, a oferta de leite varia segundo o clima. Na época de chuvas, a oferta de leite aumenta e os preços baixam.
4. A forma de trabalho no território passa pouco por redes. Existe alguns programas como o “um milhão de cisternas”, onde no fórum de discussão participam STRs e ONGs como CAA. O programa ASA Minas (Articulação Semi-Árido Brasileiro) também tem fomentado o trabalho em rede, porém esta não é uma realidade geral.
5. A questão ambiental e de acesso à terra são muito prementes no território.
- Ambos fazem parte do conjunto de eixos aglutinadores do território e estão inter-relacionados. Trata-se do perfil fundiário do território, do levantamento feito das terras públicas e da continuidade / renovação dos contratos do Estado com Reflorestadoras.
  - A forte presença das empresas reflorestadoras no território trazem para a agenda a questão da monocultura do eucalipto e seu impacto nos sistemas produtivos. A luta vem de “*longa data*” e acontece principalmente nos municípios de Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, Indaiatuba e São João do Paraíso.
6. A educação no meio rural é uma prioridade.
- As experiências de educação no meio rural ainda são poucas (PRONERA, EJAs, Programa Semeando).
  - A Escola Agrotécnica do território (Salinas) não atende à AF. A principal lógica é a do agronegócio. Os técnicos são formados no sentido de serem “*bons empregados de empresas*”. O problema começa na própria seleção para entrada, o formato de vestibular inviabiliza a entrada do filho do pequeno agricultor.
  - As faculdades são todas particulares, e apenas a “*elite*” tem acesso.
  - A falta de consistência na área de educação acaba gerando graves problemas no âmbito da saúde.
7. Em termos de infraestrutura –

- a. O saneamento é precário nos municípios do território, tanto no meio rural quanto urbano.
8. A Ciat tem um grande papel na construção da visão de futuro do território. Espera-se que o trabalho possa expandir-se para uma visão de desenvolvimento mais geral, e não apenas no desenvolvimento rural.
9. Em termos da discussão territorial ao nível da CIAT, o foco atual ainda é principalmente um conjunto de questões emergenciais. Ainda não se conseguiu estruturar uma agenda de discussões com caráter mais estratégico. Recentemente iniciou-se um trabalho de organização da discussão.
- a. A discussão da formação de Cooperativa de Crédito está recém iniciando e é fundamental para o território.
  - b. As oficinas conduzidas pela SDT/MDA tem sido mal aproveitadas. Falta comprometimento das instituições e a Ciat ainda não está legitimada (*“as instituições não respeitam a Ciat”*).

O risco de esvaziamento dos fóruns, inclusive da Ciat, foi levantado. Abordou-se a burocracia para liberação de recursos, a falta de comprometimento do poder público. Em relação a este último tema, citou-se as dificuldades advindas da falta de poder de assumir responsabilidades por parte dos representantes de prefeituras presentes na Ciat.

- c. os principais desafios para a AF que precisam ser discutidos na Ciat, passam pela comercialização da produção e compreensão do mercado, e pelo acesso ao crédito, já que o Pronaf ainda não chega à maioria dos agricultores. O grau de endividamento é muito grande e ainda existem barreiras psicológicas e burocráticas para o crédito.
  - d. A unidade da intervenção deve ser feita a partir de questões emergenciais. Uma delas é a questão da água.
10. De maneira geral, a avaliação é de que existe um grande potencial em termos de capital social no território, e um nível razoável de articulação com o poder público.

12. As principais preocupações territoriais encontram na questão ambiental, um eixo comum. Para o Pronaf 2006, o eixo foi a questão dos Recursos Hídricos. De maneira geral, segundo o consultor territorial, o território do Alto do Rio Pardo está “*um passo atrás*” em relação a outros territórios, em termos da maturidade da Ciat. Uma das razões é a sua recente formação. A Ciat ainda não está legitimada perante os atores sociais territoriais.

13. A reflexão crítica dos facilitadores acerca de seu papel mostrou que o papel do articulador ainda não está com o foco necessário, o que é crítico dada a sua importância central no fomento do processo. De fato, há uma fase de aprendizagem que permite que práticas e visões não sejam transpostas da experiência anterior sindical.

- a. No território, as relações ainda se dão pela questão da afetividade, o que em algumas situações impede uma visão estratégica da situação.
- b. Há necessidade de articulação com ações já existentes no território. Uma delas são os CMDTerritorial. No entanto, as estratégias de aproximação ainda não está claras.
- c. O ferramental teórico-metodológico ainda não está disponível para o articulador e consultor territoriais. Há necessidade urgente de qualificação.
  - (i) Nenhuma metodologia participativa foi definida junto aos facilitadores territoriais.
  - (ii) A capacitação técnica na questão de Negócios é atualmente um entrave concreto para o desenho de alternativas reais em termos de desenvolvimento sócio-econômico sustentável.
  - (iii) A falta de consistência conceitual e metodológica resulta na atribuição de um papel de “tarefeiro” ao articulador.
  - (iv) a falta de informação gera uma sensação de impotência dos facilitadores junto aos atores sociais territoriais.
  - (v) Uma das alternativas que se propõe é a realização de um Encontro dos Territórios de MG.
- d. Ademais, ao nível nacional, levantou-se a falta de clareza nos critérios para escolha dos facilitadores territoriais.

## **B Reunião dos Prefeitos do Território**

À véspera do evento, foi realizada a 1ª Reunião dos Prefeitos do Território para apresentação das ações empreendidas pela SDT, pela Ciat no território e mostrar a experiência do território vizinho, da Serra Geral. O evento foi organizado pelo Articulador Territorial, com duração de uma manhã.

O evento teve um bom nível de organização e de participação. Estiveram presentes sete prefeituras dos 15 municípios do território: Taiobeiras, Ninheira, Curral de Dentro, Rio Pardo de Minas (prefeitos), Rubelita (vice-prefeito), Santa Cruz de Salinas, São João do Paraíso (representantes).

O prefeito de Taiobeiras foi convidado a falar e demonstrou estar muito alinhado com o esforço em curso no sentido de promover o Desenvolvimento Territorial. A reunião fluiu com tranquilidade e o articulador demonstrou grande domínio da situação, fluência e articulação das idéias em sua apresentação. Representantes do Território vizinho, Serra Geral, convidados a apresentar sua experiência, fizeram uma apresentação buscando evidenciar o que já fora conseguido através da Ciat daquele território. Seguiu-se debate.

Com o encerramento dos trabalhos, realizou-se uma entrevista com o conjunto de representantes das prefeituras pela Plural, no sentido de capturar a visão do Poder Público do Território sobre as propostas e o processo em curso (detalhadas no capítulo anterior deste documento).

## **C Oficina Territorial (outubro 2006 – Taiobeiras, MG)**

A Oficina Territorial (1º ciclo, fase III – Monitoramento e Avaliação do PTDRS) foi realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2006, em Taiobeiras, cidade pólo do Território. Apesar da oficina ter sido proposta para o monitoramento e avaliação do PTDRS, os trabalhos transcorreram no sentido de dar o primeiro passo para desdobramento dos eixos aglutinadores propostos pelos atores sociais participantes da Ciat já que ainda não



há PTDRS. Ademais, trabalhou-se a estruturação da Ciat. De maneira geral, percebeu-se um bom nível de organização das informações e do evento.

A Ciat tem 41 representantes, dos quais 25 da sociedade civil (13 STRs, 2 cooperativas, 1 pelos Assentamentos do Inbra, 1 por comunidades quilombolas, 1 Associação dos Atingidos pela Barragem, 1 Conselho Municipal das Associações, 1 Associação Municipal, 1 Movimento de Defesa do Meio Ambiente, 1 Pastoral da Criança, 1 ONG CAA, 1 ASA e 1 Rede de Educação) e 16 do poder público (14 prefeituras e 2 pela EMATER).

Estiveram presentes 30 pessoas, sendo cerca de 25, representantes da Ciat. A participação dos membros no segundo dia foi bastante menos expressiva do que a do primeiro dia. Este fato foi discutido e os representantes de entidades sugeriram priorizar atividades em um dia só, para viabilizar maior participação, já que esta oficina foi considerada aquela que teve a menor participação dos membros da Ciat.

Os trabalhos foram desenvolvidos com uma grande flexibilidade na condução dos trabalhos, fortemente baseados em trabalhos em grupos e sínteses em plenária pelos próprios atores. Isto deveu-se à forte interação da coordenação dos trabalhos (mediadora/SDT) com a representante da Plural (envolvendo o articulador territorial na medida do possível) durante toda a oficina.

A participação do Consultor Territorial foi importante, porém aconteceu apenas no primeiro dia, devido a compromissos em outro território. Sua intervenção, apesar de robusta teoricamente, estabeleceu uma relação verticalizada na relação com os participantes (palestra), levantando a questão da formação e suporte metodológico aos facilitadores do processo no território .

A participação do articulador territorial foi retraída em relação à reunião com os prefeitos e demonstrou a necessidade de reforçar o seu papel no fomento às discussões, facilitando os processos sem fazer prevalecer sua opinião pessoal.

As apresentações feitas pela coordenação foram interessantes, porém eram extensas e a linguagem fortemente acadêmica, o que promoveu em alguns momentos um certo distanciamento e dispersão do coletivo. Por outro lado, as dinâmicas propostas ajudaram muito para fazer crescer o clima de confiança no grupo e com muita habilidade, as

discussões relativas ao território foram extraídas a partir das dinâmicas. Observou-se o compromisso efetivo por parte da animadora, do articulador e do consultor territoriais.

Considerando as três fases propostas pelo MDA para trabalhar o PRONAF, o território encontra-se na primeira fase (“na primeira fase trabalha-se a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), a mobilização e capacitação dos atores sociais, os investimentos em infra-estrutura pública, a formação de instituições para a gestão social, a formulação de programas ajustados às características do território, a dinamização de sua economia e a formulação e implementação de projetos específicos” – SDT/MDA).

A oficina territorial (outubro 2006), apesar de ser planejada para dar suporte à fase III (Monitoramento e Avaliação do PTDRS), deu mais um passo no sentido de consolidar a fase I. Os dois grandes temas da oficina foram:

- (i) Regimento Interno da Ciat (leitura, discussão, correções e aprovação) – dia 19; e
- (ii) Desdobramento dos Eixos Aglutinadores em ações, de modo a construir um plano de trabalho para a Ciat e para o Articulador Territorial.

Esta oficina propiciou aos atores sociais territoriais participantes da Ciat, a experiência coletiva de planejamento estratégico das ações. Isto foi possível por meio do desdobramento de dois dos cinco eixos aglutinadores, anteriormente definidos, em um conjunto articulado de ações propostas por grupos de trabalho, a partir do diagnóstico coletivo dos pontos fortes e fracos.

A oficina teve dois momentos importantes, o primeiro, focado no avanço da Ciat em termos de seu funcionamento.

No primeiro tema, o articulador territorial selecionou um Regimento Interno, com base nos regimentos internos dos territórios vizinhos. O trabalho de preparação da apresentação dos conceitos relativos ao documento permitiram fluidez na oficina. Estes conceitos foram apresentados segundo a figura abaixo.

**Figura 8** – Eixos Aglutinadores do Território do Alto Rio Pardo - MG

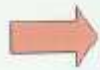
## Eixos Aglutinadores

Oficina Territorial Alto do Rio Pardo – 19 e 20 de outubro 2006

- ✦ Questão Ambiental
- ✦ Educação do Campo
- ✦ Organização da produção e comercialização
- ✦ Valorização da Cultura Territorial
- ✦ Acesso à terra



Questões comuns ao conjunto de municípios do território ?



Contemplam as questões mais importantes e prioritárias do território ?

O material foi discutido em grupo para sanar dúvidas e inserir as correções necessárias, e depois votado em plenário. Esta discussão foi tratada com destaque uma vez que as instâncias de trabalho foram definidas e pactuadas, assim como seu papel e escopo de atuação. O Regimento Interno foi trabalhado por uma coordenação ampliada (mediadora, articulador territorial e Plural) de sorte a montar um material para ser apresentado pelo articulador e pela mediadora, sempre no sentido de (i) trazer para a linguagem territorial os conteúdos sem perder qualidade; (ii) capacitar o articulador territorial teórico-metodologicamente para os trabalhos subseqüentes. O suporte fornecido pelas mediadora e Plural permitiu que todas as correções fossem feitas em tempo real, acompanhamento simultâneo com o suporte visual a todos os participantes. A agilidade desta coordenação permitiu que nenhuma questão ficasse “em aberto”, ou para posterior aprofundamento ou correção.

A segunda parte da oficina foi dedicada ao desdobramento de dois dentre os cinco eixos aglutinadores, anteriormente definidos pela Ciat. Para início dos trabalhos, verificou-se que apenas 6 dos participantes do plenário tinham participado da definição dos eixos e estavam seguros do processo. Para nivelar o início das discussões, sugeriu-se o depoimento dos que participaram da definição. Os depoimentos fluíram

espontaneamente e foram ricos em detalhes, o que permitiu um alinhamento dos presentes, que se reconheceram nas falas e inclusive perguntaram e tiraram dúvidas.

A seguir, o articulador apresentou o material elaborado pela coordenação ampliada no sentido de verificar se os eixos escolhidos de fato apresentam as questões comuns mais importantes do conjunto dos municípios do território.

Desta discussão, partiu-se para a escolha de dois dos cinco eixos aglutinadores. Ambos temas foram decididos em plenária, Acesso à Terra e a Questão Ambiental. Em função do pouco tempo para os trabalhos, cada um dos dois grupos trabalhou um tema diferente. O levantamento dos pontos fortes e fracos dos dois eixos escolhidos foi feita pelo plenário, com suporte visual e correções em tempo real pela coordenação dos trabalhos. Este levantamento, construído coletivamente foi a base para as discussões dos trabalhos em grupo. Dois grupos foram formados com nova composição de modo a maximizar a experiência de interação entre os atores. Em vista do pouco tempo disponível, optou-se por um tema por grupo e uma discussão geral ao final, na plenária. Um conjunto de ações foi proposta por cada grupo, apresentados, revisados e ampliados pelos atores. Os pontos positivos (fortalezas) e negativos (fraquezas) relativos a ambos eixos foram levantados em plenária, sistematizados em tempo real e impressos para fundamentar o trabalho de desdobramento das fraquezas em ações práticas.

Construindo o Plano de Trabalho para o  
Desenvolvimento Sustentável – Acesso à terra

Pontos  
+

- 1) Tem escritório ITER
- 2) Tem muitos agricultores sem acesso à terra
- 3) Ação Discriminatória discrimina as terras públicas e assim impediu que os fazendeiros titulassem as terras como deles
- 4) Existem ações da Via Campesina e MST no território

## Construindo o Plano de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável – Acesso à terra



- 1) ITER com pouca estrutura e pessoal
- 2) Os agricultores sem terra estão desmobilizados
- 3) Ação Discriminatória foi mal conduzida e tomou a terra da AF
- 4) MST não tem boa imagem no território e o conjunto das suas ações (que apóiam a AF) também não é bem conhecido no território
- 5) Empresas aliciando os agricultores para assinar declarações que delegassem as suas terras para as empresas
- 6) Desestruturação da CIAT que apesar de ter tirado nota pública, não conseguiu fazer chegar à base, conscientizando
- 7) Preço cobrado para titulação das terras > 50ha é muito alto
- 8) Não tem estudo atual sobre a situação fundiária real dificultando a organização das ações
- 9) Grande número de empresas reflorestadoras no território e tem a bancada de deputados dos silvicultores na Assembléia
- 10) as fontes de água do território estão dentro das grandes propriedades

Para cada eixo um conjunto de ações foi proposto durante os trabalhos em grupo e finalizadas em plenária.

## Construindo o Plano Territorial Eixo Acesso à terra - AÇÕES

Atividades	Quando	Quem
1) - Reunião dos Municípios com Diretor do ITER (levar documento solicitando o esclarecimento sobre a situação das terras do território) - Estimular os municípios que ainda não tem escritório do ITER a fazerem um convênio e montar um posto em cada município	1 quinz Nov06	Articulador (org), Daniela (org)  Plenário
2) - Organizar um Seminário Territorial com o tema de Acesso à Terra no Território - Fazer um levantamento de todas as famílias sem terra em cada município	Março 07	GT- Moisés, Helena, Elizeu
- organizar um evento da CIAT sobre o impacto sobre as atividades florestais (nivelar a CIAT sobre o tema sobre a real situação dos impactos) * Pegar cópia dos Planos Diretores Municipais que tratam da atividade florestal e Leis Orgânicas Municipais	Até Fev 07	GT- Hélio, Aureliano, MASTRO
3) - Fazer o estudo das comunidades tradicionais para saber as áreas que eles ocupavam antes da Ação Discriminatória (levantamento dos documentos, teses,...)	Março a maio 2007	GT- Moisés, Ivanete, Claudio
- Fazer um estudo da situação atual das terras (também item 8)	Novembro 06	GT- Elizeu, Almir
- De posse dos estudos, discutir o que fazer na CIAT (quais os próximos passos)	1 oficina 2007	GT- Elizeu, Almir
5 e 6) Revalidar a Nota Pública (tirada pelo Colegiado em maio 2006) e fazer a divulgação geral (aquí na Plenária, enviar pelo correio, e-mail, distribuir nas entidades e instituições, etc)	Novembro 06	GT- Elizeu, Almir
10) - Divulgar a necessidade de preservar as nascentes e evitar o uso abusivo - Fazer um diagnóstico da situação atual dos CODEMAS	20out 06	CIAT
	Ver Eixo Ambiental	CIAT
	20out 06	Articulador, Pref Talobeiras, STR Rio Pardo (estagiário)

O mesmo tipo de trabalho foi desenvolvido simultaneamente no segundo grupo e aprimorado na plenária final.

### Construindo o Plano de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável – Q. ambiental

Pontos +

- 1) Águas e nascentes:
  - Existem várias nascentes no território
  - Existência de Parque Estadual da Serra Nova
  - Existência de projetos para recuperação de nascentes e criação de reservas extrativistas, etc
- 2) Tem escritório IEF e Polícia Florestal
- 3) Lei do Pró-Pequi
- 4) Em alguns municípios há iniciativas da prefeitura (aterro e já tem inclusive folhetos educativos disponíveis), que podem ser compartilhadas entre municípios
- 5) Beneficiamento e comercialização dos frutos do Cerrado

### Construindo o Plano de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável – Q. ambiental

Pontos -

- 1) Água e nascentes:
  - as fontes de água do território estão dentro das grandes propriedades
  - Falta levantamento das nascentes
  - Extinção das matas ciliares e nascentes
  - esgotamento das águas (veredas por exemplo)
- 2) Instituições fiscalizadoras:
  - As ações do IEF tem atrapalhado e dificultado a AF (dá licenças para desmatamento, faz distribuição de eucáipto, facilita o acesso aos documento só para as empresas)
  - O efetivo da Polícia Florestal é pequeno e dificulta uma ação efetiva
  - O cumprimento da lei que existe é falha
- 4) Experiências e campanhas educativas:
  - As iniciativas para conscientização para a questão da conservação são poucas
  - Falta educação para a questão do lixo (jogar em terrenos baldios)
  - O destino dos lixos não está adequado (tratamento)
- 5) A legislação ambiental não está boa, e também dificulta ações mais efetivas (por exemplo, a multa é pequena para os grandes)
- 7) Há muito carvão no território (feito pelos grandes e pequenos)
- 8) Faltam práticas de conservação de solos (muita erosão) – grandes e pequenos

A agenda de trabalho construída coletivamente está apresentada a seguir.

Construindo o Plano Territorial		
Eixo Q. ambiental- AÇÕES		
Atividades	Quando	Quem
<b>Projetos em andamento</b>		
-Concretizar a contratação dos projetos	Até 30 out	Articulador
-Agendar com CEF e repassar a informação	Até 23 out	Articulador
-Reunir com a Caixa Econômica Federal	Dia 24 out	Articulador + 1 por município
-Criar critérios para aplicação dos projetos 2006	Até 20 nov	Comitê Gestor
1) Buscar parceiros e recursos para mapear as nascentes, voçorocas e tratamento dos resíduos de cada município do território	Até fim dez06	EMATER, CAA, UFMG, Escola Salinas
2) - Cumprir a lei, visitar e sensibilizar os promotores e fiscais locais	Jan-dez 07	Comitê Gestor
- Convidar o IEF para participar do Território	Outubro 06	Articulador

Algumas outras definições ocorreram na plenária, apresentadas a seguir.

Outras definições da Plenária	
Atividades	Quando
1) Participação no Salão dos Municípios – representantes aprovados	29 a 31 nov 06
a) Poder Público – Anísio Miranda (EMATER)	
b) Sociedade Civil – Elizeu José de Oliveira (MASTRO)	
c) Articulador Territorial – Junior César Batista	
2) Nova data para reunião do Comitê Gestor	_____ 06

A discussão nos grupos foi difícil e demandou a assistência da coordenação ampliada. De maneira geral, os atores sentiram-se muito a vontade para fazer o diagnóstico e ilustra-lo com depoimentos, mas o passo seguinte, isto é um recorte propositivo a partir do diagnóstico foi muito difícil para os grupos. Em diversos momentos, foi preciso a intervenção da coordenação no sentido de ilustrar o que é ser propositivo.

O tempo escasso não colaborou neste sentido, mesmo assim, saíram dos dois grupos um conjunto de ações para discussão no plenário. Houve muita assimetria de informação e de participação nos grupos pelos atores. Os representantes de ONGs e

Cooperativa destacaram-se nos grupos. No entanto, mesmo estes primaram pelo diagnóstico e não pelo enfoque propositivo.

Em diversos momentos, identificou-se também a dificuldade em ouvir o outro e dar a voz ao companheiro. Isto levou a uma tendência ao monólogo por parte de alguns atores, explicitando uma forte assimetria de participação e a ausência de metodologia de trabalho em grupo, no sentido da construção do coletivo. Isto foi parcialmente minimizado pela intervenção nos grupos pela coordenação.

De maneira geral, observou-se em ambos os grupos uma grande dificuldade de transformar os diagnósticos em ações concretas para superação das dificuldades, de sorte a compor uma agenda de trabalho.

Esta foi na verdade a principal conquista desta oficina segundo a avaliação dos atores territoriais ao final dos trabalhos.

A necessidade de formação teórico-metodológica para os atores ficou clara, e merece ser discutida pela SDT. Os depoimentos do articulador e do colaborador territoriais também vão neste mesmo sentido: levantou-se a real necessidade de suporte teórico-metodológico para o acompanhamento dos trabalhos.

O coletivo da Ciat experimentou nesta oficina um trabalho coletivo de desdobramento prático de eixos aglutinadores. Foram trabalhados dois de cinco eixos, e o conjunto de ações ainda precisa ser aprofundado, sua realização acompanhada e os produtos resultantes das ações, avaliado pela Ciat.

O ordenamento das ações no tempo e a co-responsabilização pelos trabalhos foram temas priorizados na plenária final no sentido da construção de um plano de trabalho para a Ciat e para o articulador territorial. De maneira geral, prevalece nos atores territoriais uma visão do articulador enquanto o realizador das atividades e não o seu facilitador. Na plenária final, o coletivo conseguiu evoluir para a constituição de grupos de trabalho para temas e ações específicas. Algumas das ações apenas estruturaram idéias vagas e convergentes nos grupos e remeteu para a Ciat novo desdobramento das discussões.

Ao final avaliação dos trabalhos foi expressiva em termos da riqueza do processo e do valor do suporte dinâmico fornecido pela coordenação dos trabalhos. Segundo estes depoimentos finais, a aprendizagem coletiva oriunda dos desdobramento dos eixos em ações propiciou diversas conquistas pra o coletivo:



Nos momentos de trabalho em grupo e nas plenárias, identificou-se uma certa retração do articulador territorial, o que não aconteceu durante as reuniões preparatórias realizadas pela coordenação ampliada. Isto levanta novamente a questão da capacitação teórico-metodológica dos facilitadores. Neste caso, o articulador territorial é jovem e

Os participantes que permaneceram até o final também tiveram a oportunidade de levar o material já sistematizado já ao final dos trabalhos. A avaliação

Nesta etapa, verificou-se uma certa retração do

#### **D. Critérios para avaliação do Estudo Propositivo**

Analisou-se o Estudo Propositivo sob os critérios elencados abaixo. Buscou-se um conjunto amplo de critérios de sorte a tornar menos possível subjetiva a análise. A proposta destes critérios passível de correções e aprimoramento.

O aprofundamento dos critérios para avaliação dos documentos síntese propostos (PTDRS e outros) pode permitir a padronização da análise e construção do mapa situacional dos territórios, à luz de parâmetros comuns.

Este tipo de análise, se bem estruturada, pode ser um poderoso instrumento de trabalho para o Articulador Territorial (que desenvolveria o trabalho de monitoramento do avanço das discussões do PTDRS) e do Consultor Territorial que disporia de elementos para reorientar ou reforçar ações necessárias.

Os critérios foram:

- a) o documento contempla o conjunto de preocupações dos atores sociais territoriais?
  - amplitude e profundidade dos conteúdos apresentados
  
- b) o documento traz avanços no sentido de instrumentalizar ações ?
  - aponta com clareza os principais desafios e gargalos do território nas diferentes dimensões necessárias e as principais potencialidades atualmente existentes ?
  - qual o grau de acessibilidade do conteúdo do documento pelos atores, ou em que medida a estrutura do documento EP auxilia ou dificulta o ordenamento da discussão territorial;
  
- c) o documento “está” apropriável e replicável ao nível dos atores sociais territoriais ?
  - análise da metodologia de apresentação dos conteúdos do documento

d) nível de identificação geral dos atores para com o documento (os atores se reconhecem, reconhecem seus municípios e “reconhecem este território como seu”)?

### **E. Qualificação preliminar do Estudo Propositivo**

Os critérios definidos auxiliaram na análise do EP, minimizando os fortes aspectos emocionais capturados durante a fala dos atores do território. Apesar de não esgotar o tema, estes critérios constituíram uma base para uma análise mais objetiva do documento, mesmo com poucas informações disponíveis à época para realização do trabalho e à luz das necessidades territoriais mapeadas durante a viagem a campo e sistematizadas após a viagem.

Este capítulo visa, portanto, apresentar uma qualificação preliminar do EP no sentido de dar mais um passo na construção do PTDRS, a ser discutido pelos atores territoriais. Trata-se de um subsídio mais atual e próximo da realidade para os referidos atores.

De maneira geral, o EP é um documento sólido, que apresenta um diagnóstico sobre a realidade do território em questão. Uma avaliação mais detalhada do documento está apresentada a seguir, a partir da aplicação de cada um dos critérios na ordem definida no capítulo anterior:

*a) o documento contempla o conjunto de preocupações dos atores sociais territoriais?*

*- amplitude e profundidade dos conteúdos apresentados*

*b) o documento traz avanços no sentido de instrumentalizar ações ?*

*- aponta com clareza os principais desafios e gargalos do território nas diferentes dimensões necessárias e as principais potencialidades atualmente existentes ?*

O documento contempla parcialmente o conjunto de preocupações dos atores sociais territoriais. As principais preocupações identificadas junto aos atores (seja durante as entrevistas ou durante a oficina territorial) tiveram na Dinamização Econômica do Território e na necessidade de consolidação e legitimação do capital social, os seus focos principais. O EP aborda ambas as questões porém:

2. o peso principal do documento está no diagnóstico geral do território, que apresenta um forte caráter acadêmico, cuja linguagem ainda parece estar sendo pouco apropriada pelos atores sociais territoriais. Relativamente a todo documento, a parte dedicada ao Desenvolvimento Territorial é pequena e tímida;
3. a abordagem dos dois assuntos principais (segundo a demanda dos atores sociais) é bastante tradicional, isto é, atém-se a um diagnóstico (com forte traço acadêmico) e pouco avança na instrumentação dos atores em termos práticos, seja teórico seja metodologicamente. Neste sentido, em alguns pontos do documento observa-se uma lista de assuntos que pode levar a interpretações errôneas sobre a realidade do território porque não apresentadas de maneira descritiva e não analítica.
  - a. Um exemplo é a apresentação das ações governamentais no território (item 7. Ações de Apoio ao Desenvolvimento do Território Alto do Rio Pardo). Neste exemplo, o documento desvia o seu foco para uma os programas e os grandes desafios que a AF enfrenta não são abordados, nem mesmo sob a forma de questionamentos para suscitar a reflexão. Não se aborda por exemplo a falta de convergência de programas e de políticas pública, qual a realidade da AF frente a tantos programas e qual o papel da Ciat (se há algum) no sentido de constituir-se como um fórum privilegiado de discussão, negociação, decisão e monitoramento destes programas. Desta maneira, ficamos com a impressão de que o território é bem servido de programas e os atores sociais territoriais não são desafiados a refletir sobre estas questões e sobre o seu papel.
  - b. No item 8 (Propostas para o Desenvolvimento Territorial) as dimensões social, político-institucional, econômica e ambiental são apresentadas segundo a definição de Sepúlveda (2005), porém não aparece no documento qual o grau de apropriação dos conceitos pelos atores (apesar de neste tópico, o conteúdo estar baseado em entrevistas). Novamente, a reflexão teórica ocorre porém sem a preocupação de trazer para o campo da realidade prática dos atores no sentido de suscitar reflexões estratégicas por parte dos atores.

Os principais sistemas produtivos estão identificados correspondem aos descritos nas entrevistas e oficina. No entanto, a análise apesar de estar baseada nas questões relativas a 3 microsistemas (produção, transformação e comercialização) não explora mais aprofundadamente as cadeias produtivas. Assim, não encontramos um quadro objetivo da situação e dos principais desafios nos diversos níveis: desafios produtivos, organizacionais, entre outros. Desta maneira, novamente perde-se a oportunidade de que o documento aprofunde o conjunto de questões prementes para os atores sociais territoriais e se transforme em instrumento de trabalho ao nível do território.

A característica descritiva em detrimento da característica analítica aflora novamente neste item 8, quando se faz o histórico das discussões no território; *“De acordo com Relatório da Oficina Territorial de Gestão e Planejamento Territorial (Montezuma – MG, 2005), os eixos para o desenvolvimento do território foram definidos através de discussões e debates, cuja preocupação era a resolução de problemas enfrentados atualmente no Território e por isso, optaram por não eleger um eixo prioritário.”* Neste exemplo, descreve-se a decisão dos atores porém não se faz análise crítica da situação, nem na forma de perguntas: (a) quais as implicações de priorizar e de não priorizar os eixos. (b) há preparo (organização, representatividade, legitimidade,...) para levar todos os eixos ao mesmo tempo?; (c) alternativas metodológicas estão claras para os atores no tratamento destas questões ou faltam ferramentas de planejamento estratégico que podem ser uma maneira de ordenar os eixos no tempo ? São apenas algumas das questões que se presentes no documento, contribuiriam fortemente para a reflexão e empoderamento dos atores.

No entanto, em alguns trechos o EP identifica potencialidades importantes, que mereceriam maior destaque no documento. No item 8 encontramos *“No Estudo Propositivo foram identificadas a existência de uma rede formal e uma informal de Capital Social, cuja mobilização é provocada pela Articulação da Microrregião do Alto Rio Pardo, em torno de temáticas trabalhistas, sociais, políticas e ambientais..”* Embora fundamental, o assunto passa quase despercebido.

Nova oportunidade é oferecida de fomentar a reflexão dos atores sociais sobre seu empoderamento e novamente a oportunidade não é aproveitada, como vemos na maneira como o parágrafo continua: *“No entanto, o plano territorial deve abordar ações de fomento e expansão deste capital, visando o crescimento do associativismo e cooperativismo em torno das cadeias produtivas, especialmente, voltadas para a ampliação de acesso ao crédito rural”*. Ao fazer uma conclusão tão geral, perde-se a

oportunidade de dirigir o olhar do leitor (atores sociais territoriais) para as questões relevantes ao território, a exemplo de:

(a) “...*deste capital social...*”

- o que é este capital social descrito de maneira geral, de que entidades, instituições, fóruns estamos falando?
- este capital social envolve atores entidades representativas da AF e/ou avança para ter em sua composição o poder público?
- qual o tipo de relação ocorre neste coletivo
- entre outros

(b) “...*abordar ações de fomento e expansão deste capital social...*”

- Que exemplos de empoderamento do capital social existe em outros territórios próximos?
- Expandir o capital social significa no caso específico deste território incorporar quais entidades e instituições?
- Quem tem condições de articular esta expansão?
- Qual conjunto de ações devem ser empreendidas e de que forma?
- Como trabalhar coletivamente
- Entre outros

(c) “...*visando ao crescimento do associativismo e cooperativismo...*”

- Como está a situação do associativismo e cooperativismo no território?
- Quais são as experiências positivas e negativas?
- Qual a importância do associativismo e cooperativismo para a AF especificamente no território ?
- Quem deve fomentar esta discussão e porquê?
- Como fomentar esta discussão? Em que níveis ? em quanto tempo? De que maneira?
- Entre outros

(d) “... *em torno das cadeias produtivas...*”

- Quais cadeias produtivas devem ser trabalhadas?
- Qual o diagnóstico atual mais detalhado da situação da AF?
- Quais os gargalos e quais os pontos fortes?
- Quais os aliados estratégicos para a discussão?
- Como devem ser trabalhadas ?

- Como fomentar esta discussão? Em que níveis ? em quanto tempo?  
De que maneira?
- Entre outros

(e) *”...especialmente, voltadas para a ampliação de acesso ao crédito rural”*

- Qual a finalidade de fomentar o associativismo e cooperativismo ?
- Qual a relação deste esforço com a ampliação de acesso ao crédito rural? Este é a prioridade?
- Como organizar a discussão de acesso ao crédito e sua ampliação?  
Em que fórum ?
- Como fazer para que a Ciat não seja vista de maneira utilitarista para simples acesso a crédito?
- Como fomentar esta discussão? Em que níveis ? em quanto tempo?  
De que maneira?
- Entre outros

A própria análise crítica dos eixos aglutinadores presentes no documento e as ações propostas reforça a necessidade de fazer-se uma abordagem dos eixos a partir das cadeias produtivas envolvendo a AF, sob o risco de dispersar esforços ao invés de concentra-los e articulá-los.

A concepção de PTDRS deve trazer a idéia de instrumento de trabalho para os atores sociais territoriais. Neste sentido, a abordagem utilizada no EP à questão da dinamização econômica no EP é limitada na medida em que não aborda as principais cadeias produtivas presentes no território. Sem o eixo condutor da Cadeia Produtiva, os temas acabam não sendo muito concatenados e não levam às principais reflexões necessárias. Os principais desafios e gargalos do território são apresentados mas os caminhos metodológicos para abordá-los criticamente pelos atores não é sugerido, dificultando seu papel na instrumentalização da AF para geração do PTDRS. Exemplos foram dados acima neste texto, onde apesar da listagem de programas no território envolvendo a AF nos municípios, a pulverização das ações não é mencionada. No entanto, esta questão e a questão da ausência de convergência de políticas públicas e suas conseqüências está presente nas falas dos atores entrevistados.

O documento aborda questões fundamentais como a rentabilidade da AF apenas na primeira parte do documento. No entanto, esta questão pode ser trabalhada de maneira prática no território ao nível dos núcleos técnicos da CIAT, articulando a discussão de

cadeias produtivas com o diagnóstico dos seus principais gargalos e o desenho de um conjunto de ações para melhorar a situação. Neste caso, a discussão de suporte técnico (assistência técnica) é uma questão importante no território segundo os depoimentos da AF e da Emater. O PTDRS pode e deve sinalizar as cadeias produtivas e os temas transversais que perpassam todas as cadeias produtivas como a questão da rentabilidade (como aborda-lá ? como quantificar ?

As oportunidades contidas no Turismo ainda não estão sendo discutidas pelos atores sociais territoriais à exceção de um depoimento de técnico da Emater. Este tema não aflorou nem com os representantes da AF nem com o poder público de maneira geral. No entanto, segundo a entrevista, há potencial para promoção do Turismo Rural. A discussão não avançou e não é coletiva. O EP abordou este tema, propondo “...a integração de atividades culturais e de artesanato desenvolvidas em determinados municípios. A estruturação de um arranjo produtivo de Turismo Rural poderia se interrelacionar com o eixo da Agricultura Familiar, possibilitando o escoamento da produção deste segmento”. De fato, a promoção do Turismo Rural articulado com atividades e produtos símbolos da região (comidas típicas, entre outros) tem forte interface com outros eixos aglutinadores, como o da Cultura e da forte identidade do território.

Outra preocupação nos atores presentes na Oficina Territorial diz respeito à organização da Ciat, tanto do ponto de vista da (falta de) infraestrutura quanto da organização do trabalho e da agenda de atividades. A necessidade de capacitação do Articulador Territorial foi abordada por diversos entrevistados no sentido de assegurar uma atuação pró-ativa e equilibrada.

Na verdade, apesar do documento abordar as questões de maneira mais genérica e teórica, o papel da Ciat não está discutido em profundidade, tampouco as condições mínimas necessárias ao seu funcionamento ou o papel do articulador, com suas possibilidades e limitações à época em que o estudo foi feito.

O eixo das Questões Ambientais é importante no território e faz interface direta com o Eixo do Acesso à Terra. No entanto, existe uma dificuldade de ordenamento da discussão e desdobramento em ações práticas de modo a aprofundar e intervir no tema de maneira coordenada. Isto ficou claro nos trabalhos em grupo durante a oficina onde o tema foi desenvolvido e precisará ser objeto de tratamento para o desenvolvimento na

construção do PTDRS. Isto mostra uma necessidade urgente de aprimoramento dos processos metodológicos ao nível dos atores sociais territoriais.

- *qual o grau de acessibilidade do conteúdo do documento pelos atores, ou em que medida a estrutura do documento EP auxilia ou dificulta o ordenamento da discussão territorial;*

c) *o documento “está” apropriável e replicável ao nível dos atores sociais territoriais ?*  
- *análise da metodologia de apresentação dos conteúdos do documento*

Pela importância dada a um diagnóstico mais estático em detrimento de um diagnóstico mais dinâmico que dialogue com os atores, o grau de acessibilidade do EP foi menor do que o esperado. Alguns atores ouviram falar do EP, mas poucos de fato tinham lido mais atentamente o documento, incluindo representantes da AF e do poder público. A principal dificuldade identificada está justamente (i) no longo diagnóstico e da pequena parte dedicada as ações propriamente ditas, para a dinamização do território, e (ii) na linguagem essencialmente acadêmica. O EP foi citado como “*difícil de ler*”, “*longo e complicado*” entre outros por representantes da AF presentes na oficina. No entanto, representantes de ONGs e cooperativas estão trabalhando com o documento.

O formato de texto longo também foi levantado como um ponto de dificuldade para a apropriação pelos atores sociais entrevistados. O recorte para a apresentação dos conteúdos parece ter sido mais acadêmico do que prático. O recorte utilizado não faz aflorar com facilidade as principais questões (desdobramentos necessários) sugeridas pelos atores (*vide* entrevistas), que espelham as preocupações dos atores sociais territoriais.

De maneira geral, o documento não parece estar em um formato maduro que facilite e promova sua apropriação pelos atores sócias territoriais e não indica as principais questões para ordenar uma discussão a qual poder vir a ser a base de um PTDRS. Um exemplo é a lista de alternativas de diversificação da AF (p.66): agregar valor aos produtos derivados de leite (doces e queijos) e da mandioca (povillo, farinha, ração), expansão e fortalecimento da atividade apícola, expansão e fortalecimento do artesanato, expansão e fortalecimento da atividade apícola, entre outros. Temas como a necessidade de se definir mercado (atual e/ou futuro), de modo a ter algum parâmetro para priorizar uma atividade em relação a outras e procurar mensurar o esforço de



“expansão e fortalecimento” da atividade proposta. Por outro lado, não se levanta a questão da responsabilidade de fomento de cada uma das atividades, nem do horizonte temporal para tal, o que significaria estabelecer algumas metas claras e por consenso para o trabalho.

A escolha das atividades e seu dimensionamento, readequação e introdução de outras atividades está, no EP de maneira geral em aberto, sem discutir as competências disponíveis nas diversas instituições estratégicas como a própria SDT. Não se levanta a necessidade dos mesmos agricultores discutirem se há necessidade de apoio nesta fase (e demais fases) e de qual tipo de apoio seria necessário.

*d) nível de identificação geral dos atores para com o documento (os atores se reconhecem, reconhecem seus municípios e “reconhecem este território como seu”)?*

De maneira geral, o documento tem grande importância pois apresenta pela primeira vez a sistematização das informações disponíveis e dispersas no território. No entanto, apesar do levantamento dos dados quantitativos e qualitativos contidos na primeira parte do EP, o documento deixa passar a oportunidade de indicar de forma prática a efetiva questões importantes pensando-se em desdobramentos práticos necessários à fase seguinte do diagnóstico. Neste sentido, a construção do PTDRS passa pela definição de um documento com estrutura, linguagem e foco diferentes, capaz de ser um instrumento prático para nortear as atividades dos atores sociais territoriais. Dado o estágio de desenvolvimento das discussões na CIAT, uma alternativa metodológica prática é o estabelecimento de perguntas norteadoras que poderão ser discutidas pelo coletivo da Ciat e desdobradas em ações, à exemplo do realizado durante a oficina territorial (outubro 2006, em Taiobeiras). A qualificação do diagnóstico (pelo menos o levantamento dos prós e contras) pode servir de base para a montagem de um plano de trabalho que pode inclusive avançar para a forma de um plano de negócios sustentável para AF no território. Neste enfoque, a abordagem das cadeias produtivas pode mostrar com clareza questões entrelaçadas, causas e conseqüências, além de indicar os pontos de fragilidade e os meios para sua superação, o horizonte de tempo para cada ação e os recursos necessários (com indicação de onde e quando serão utilizados).

A estruturação de uma abordagem metodológica mais clara por parte da SDT, poderá trazer avanços importantes para o desenvolvimento dos documentos síntese e

maximizar sua apropriação e utilização pelos atores sociais. Algumas sugestões para minimizar este tipo de situação estão apresentadas abaixo.

**F. Apresentação de sugestões para maximizar o suporte ofertado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ao nível do fomento da discussão de Desenvolvimento Rural Sustentável ao nível dos territórios.**

Este último capítulo traz um conjunto de sugestões para maximizar o suporte ofertado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ao nível do fomento da discussão de Desenvolvimento Rural Sustentável ao nível dos territórios. Para tal, além das entrevistas aos atores territoriais, realizou-se também, na medida do possível, a entrevista ao Consultor Territorial e ao Articulador Territorial, no sentido de dar vozes aos agentes estimuladores do desenvolvimento territorial. As sugestões apresentadas espelham portanto:

- a) as entrevistas realizadas junto aos atores territoriais diretamente envolvidos;
- b) entrevistas realizadas junto a setores como Associação Comercial no sentido de capturar eventuais novos investimentos na região;
- c) entrevistas junto ao Consultor e Articulador territoriais;
- d) o acompanhamento e suporte à oficina territorial;
- e) a análise dos documentos disponíveis à época, particularmente do EP;
- f) a experiência individual da consultora e coletiva da Plural, inclusive em discussões de fomento a negócios, no sentido de prover à Agricultura Familiar ferramentas teóricas e metodológicas que qualifiquem sua intervenção.